



**Processo nº** 10680.912242/2012-31  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1001-002.543 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 1<sup>a</sup> Turma Extraordinária**  
**Sessão de** 12 de agosto de 2021  
**Recorrente** FAHMA PLANEJAMENTO E ENGENHARIA LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2005

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

Não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sérgio Abelson – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Sérgio Abelson (Presidente), José Roberto Adelino da Silva e Thiago Dayan da Luz Barros.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário contra o acórdão de primeira instância (folhas 25/36) que julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade apresentada contra o despacho decisório à folha 14, que não homologou as compensações constantes da DCOMP 21813.03370.281207.1.3.03-0804, de crédito correspondente a saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2005 informado no montante de R\$ 4.350,00 e não reconhecido, tendo em vista a não confirmação de retenções na fonte no valor total de R\$ 5.293,00 e demais estimativas compensadas no valor total de R\$ 7.375,49, conforme demonstrativos constante do acórdão recorrido, a seguir reproduzidos:

Parcelas Confirmadas Parcialmente ou Não Confirmadas					
CNPJ da Fonte Pagadora	Código de Receita	Valor PER/DCOMP	Valor Confirmado	Valor Não Confirmado	Justificativa
00.394.742/0001-49	5987	646,50	0,00	646,50	Retenção na fonte não comprovada
02.831.210/0002-38	5987	1.586,50	0,00	1.586,50	Retenção na fonte não comprovada
16.571.085/0001-06	5987	3.060,00	0,00	3.060,00	Retenção na fonte não comprovada
<b>Total</b>		<b>5.293,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.293,00</b>	

### Demais Estimativas Compensadas

Parcelas Confirmadas Parcialmente ou Não Confirmadas					
Período de apuração da estimativa compensada	Nº do Processo/Nº da DCOMP	Valor da estimativa compensada PER/DCOMP	Valor confirmado	Valor não confirmado	Justificativa
JUL/2005	17561.67339.020905.1.3.02-6391	7.375,49	0,00	7.375,49	Compensação não confirmada
	<b>Total</b>	<b>7.375,49</b>	<b>0,00</b>	<b>7.375,49</b>	

Em sua manifestação de inconformidade (folhas 02/03), a contribuinte, em síntese, apresentou as seguintes alegações:

Não foram verificados corretamente pelo auditor Fiscal os valores que impugnante tem de crédito junto à impugnada, conforme demonstração do Balanço patrimonial encerrado em 31/12/2005 [folha 08], o crédito somente em imposto recuperar é de R\$ 249.502,26 (Duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos e dois reais e vinte e seis centavos) também consta no balanço antecipação de tributos o valor de R\$ 280.434,34 (Duzentos e oitenta mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos) e impostos contribuições retido na fonte o valor de R\$ 12.694,32 (Doze mil e seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos).

No acórdão *a quo* foram confirmadas retenção na fonte no valor de R\$ 1.586,50 e a compensação da estimativa de julho de 2005, no valor de R\$ 7.375,49, as quais, somada à CSLL paga por estimativa, já confirmada no valor de R\$ 230,00 e subtraída da CSLL devida de R\$ 8.548,49, resultou no reconhecimento de crédito de saldo negativo no montante de R\$ 643,50.

Ciência do acórdão DRJ em 13/11/2019 (folha 39). Recurso voluntário apresentado em 12/12/2019 (folha 41).

A recorrente, às folhas 32/45, limita-se a alegar que ocorreu prescrição intercorrente.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Sérgio Abelson, Relator.

O recurso voluntário é tempestivo e admissível segundo os requisitos do Decreto nº 70.235/72. Portanto, dele conheço.

No que se refere à prescrição intercorrente, cabe observar o entendimento exarado na Súmula CARF nº 11, de efeito vinculante em relação à administração tributária federal conforme Portaria MF nº 277, de 7 de junho de 2018:

**Súmula CARF nº 11:** Não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal.

Pelo exposto, voto por rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, negar provimento ao recurso.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Sérgio Abelson